

Atenção - Atenção - Retomada no Povo Xukuru

Conforme as informações recebidas, de lideranças do Povo Xukuru, foi feita outra retomada no dia 16 de março de 1998.

O Povo Xukuru, da Serra de Ororubá, fica situado no Município de Pesqueira, cerca de 220 km do Recife, capital do Estado de Pernambuco.

O território Xukuru foi identificado, em 1992, pelo órgão oficial, a Fundação Nacional de Assistência ao Índio - FUNAI -, compreendendo 27.555,45 hectares e demarcada fisicamente em 1995. Entretanto, os índios Xukuru ocupam efetivamente apenas 12 % da área demarcada (a outra parte é ocupada por 181 fazendeiros).

A população é de aproximadamente 7.500 (sete mil e quinhentos) índios, devidos em 23 aldeias e em dois bairros de Pesqueira.

Na madrugada de Segunda-Feira, dia 16 de março, cerca de 1.000 (mil) pessoas, ocuparam, pacificamente, uma área dentro de seu território, do povo Xukuru, até então nas mãos do invasor, com nome Leonardo Gomes.

O Sr. Leonardo Gomes que além de fazendeiro, é ao mesmo tempo comerciante, e proprietário de um grande supermercado na cidade vizinha de Pesqueira. Este adquiriu para si esta propriedade em 1995, sabendo da demarcação efetuada, tentando com este negócio obter, posteriormente, uma grande indenização do Estado...

A retomada foram das Fazendas Tionante e Sítio do Meio, dentro da área do Povo Xukuru, situando-se, exatamente, entre as aldeias Pedra D'Água, Cana Brava e Aceto.

Conforme a declaração pública (na receita federal), o invasor-fazendeiro, Sr. Leonardo Gomes, registrou no Instituto Nacional de Cadastramento de Registros Rurais - INCRA -, o tamanho da área comõ sendo de 233,8 hectares, quando, na verdade, abrange uma área entre 500 a 600 hectares. A Fundação Nacional de Assistência ao Índio - FUNAI - está empenhada em fazer um levantamento topográfico para comprovar a exatidão desta área.

Logo, no dia seguinte à retomada, os índios Xukuru, nesta área, começaram a preparar a terra para o plantio. Nestes dias já estão plantando, pois é época de preparação da terra e plantio de começo de chuvas previstas.

As lideranças do Povo Xukuru solicitaram a Visita do Procurador do Ministério Público que já foi feita.

A Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário - CIMI - que presta assistência jurídica, está permanentemente acompanhando o caso e garante a sua presença para orientar as lideranças indígenas.

O Vereador do Povo Xukuru, Sr. Antonio Pereira, vereador na cidade de Pesqueira, cientificou logo o Prefeito da cidade de Pesqueira, como também informou o Presidente da Câmara dos Vereadores sobre o ocorrido. Estas autoridades tentam uma solução pacífica, reconhecendo, em princípio, o direito dos índios às suas terras, já demarcadas. O Sr. Vereador apresentará, na próxima reunião dos vereadores, na Câmara dos Vereadores de Pesqueira, um relato sobre esta retomada, estando disposto a esclarecer eventuais dúvidas.

Conforme o "Informe do CIMI-Ne.", na primeira reunião, no dia 18 do corrente, "com a participação dos índios Xukuru, do Administrador Regional da FUNAI em Recife-Pe, Procuradoria da República em Pernambuco e do advogado do fazendeiro, o

representante do fazendeiro se mostrou extremamente arrogante, propondo aos índios que se retirassem da terra que retomaram e ele se comprometeria a requerer administrativamente da FUNAI, a indenização devida pelas benfeitorias úteis e necessárias que o fazendeiro diz ter realizado na terra. Caso contrário, ele entraria com um pedido de reintegração de posse e um processo crime contra o Cacique Chicão, por ter desobedecido uma decisão do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) que anulou o processo de demarcação da TI Xukuru-Pe.

A participação dos índios, através do Cacique Chicão, foi importantíssima para orientar a intervenção da Procuradoria da República que, de início, mostrou-se muito em cima de muro, sem querer tomar uma posição firme em favor dos índios. O Cacique, ao rejeitar as propostas do fazendeiro, fez lembrar ao advogado do fazendeiro a luta do povo Xukuru de Pesqueira na história do Brasil, quando lutaram na guerra do Paraguai, e toda a luta dos índios pela reconquista de seu território, além da situação de fome ocasionada pela seca e a falta de terras agricultáveis para produzir alimentos, e que esta omissão do Estado em extrusar a TI. Xukuru-Pe, tem levado ao agravamento do conflito e à migração dos índios para a cidade de Pesqueira, onde já existem dois bairros em que a maioria da população é indígena.

A intervenção do CIMI/NE, através de sua Assessoria Jurídica, deu-se para reafirmar o direito inalienável dos índios sobre todo o seu território tradicional, demarcado fisicamente em 1995. Esclareceu, também que o conflito surgiu no momento em que o fazendeiro, após a demarcação física em 1995, comprou aquelas fazendas, mesmo sabendo que se tratava de território indígena. Portanto, não havia sentido em afirmar que os índios invadiram aquelas propriedades mas sim que o fazendeiro, assumiu o risco de um conflito com os índios e talvez interessado na possibilidade de uma indenização por parte da União Federal. O CIMI propôs que os índios continuassem com a posse da área retomada, aproveitando-se a situação para pressionar a FUNAI em Brasília para agilizar a indenização, enquanto que o fazendeiro e a Procuradoria da República, tentariam forçar o órgão indigenista oficial a resolver o conflito.

O Procurador da República em Pernambuco, Dr. Francisco Rodrigues, como forma de ganhar tempo para a resolução da situação, sugeriu que os índios permitissem a retirada do gado pelo fazendeiro e a cessão de parte da área retomada para que o fazendeiro pudesse continuar a realizar as suas atividades, enquanto se agilizava a indenização.

Os índios responderam que, no que diz respeito a retirada do gado, ela poderia ser feita sem nenhum problema, mas sobre a cessão de parte da terra retomada, eles deveriam consultar a Comunidade...

Entretanto, o fazendeiro, desautorizando tacitamente o seu procurador que concordou com a proposta, afirmou que ou os índios se retiravam de toda a área ou ele tomaria as medidas judiciais cabíveis. O advogado do fazendeiro afirmou que entrará com uma medida cautelar com o pedido de produção antecipada de provas, a fim de resguardar a prova das benfeitorias existentes na área retomada.

A reunião se encerrou sem que se chegasse a um acordo. Entretanto, os índios decidiram permanecer na área retomada e enviar uma comissão de índios para, na próxima semana, pressionar a FUNAI em Brasília para agilizar a questão e comunicar o fato à Comissão de Minorias da Câmara dos Deputados e a 6ª Câmara do MPF.

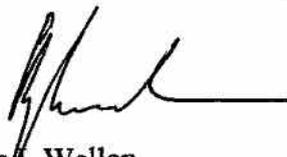
O Procurador de República em Pernambuco também irá a Brasília na semana que vem e pedirá que a 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República intervenha no caso junto as autoridades federais no Distrito Federal.

O CIMI está acompanhando o desenrolar dos acontecimentos e espera que a FUNAI solucione o mais rapidamente possível esse conflito...”

O Jornal do Comércio, da cidade do Recife-Pe., com divulgação a nível nacional, publicou, já na Segunda-Feira, dia 16 de março, matéria sobre o povo Xukuru. No dia seguinte, Terça-Feira, dia 17 / 03 / deu destaque às ações deste povo, dando ampla divulgação sobre a corajosa ação de retomada, dos índios Xukuru

Representantes do Povo Xukuru estão se preparando para viajar a Brasília, para, juntamente à FUNAI e outros órgãos governamentais federais, solicitar uma solução tanto rápida como pacífica desta questão de sobrevivência.

Campina Grande, 20. 3. 1998



Aloysio Wellen